EDITAL DE LICITAÇÃO N° 91/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 192/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 67/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 07/12/2026
HORÁRIO: 09:00

O envio das propostas e dos documentos de habilitação deverá ser realizado até, no máximo, 1 (uma) hora antes da data prevista para a abertura das propostas comerciais.

Pedidos de esclarecimentos: até 02 dias úteis antes da abertura do certame.

Impugnações: até 03 dias úteis antes da abertura do certame.

SÍTIO ELETRÔNICO: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: https://eloimendes.mg.gov.br/

ESCLARECIMENTOS: pregaoeletronico@eloimendes.mg.gov.br e/ou
http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 91/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
PROCESSO: Nº 192/2026

PROCESSO N° 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 67/2026
TIPO: Menor Preço Unitário
SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE
DATA: 07/12/2026
LOCAL: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

O Município de Elói Mendes, com sede administrativa na Rua Coronel Antônio Pedro Mendes, nº. 225, Centro, da cidade de Elói Mendes/MG, através de seu Prefeito Municipal, Natal Donizetti Cadorini, torna público, para conhecimento dos interessados, que em ato público, será realizada a licitação para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento Menor Preço Unitário, sob a forma de fornecimento parcelado, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG.

Regem a presente licitação toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora acima mencionados.

A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO OCORRERÁ NO DIA 07/12/2026, ÀS 09:00, HORÁRIO DE BRASILIA - DF, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Na ausência ou impedimento do Pregoeiro indicado no item anterior, este pregão deverá ser conduzido por Pregoeiro (a) oficialmente capacitado e nomeado para este fim.

SUMÁRIO

1. **DO OBJETO**
2. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
3. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
4. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
5. **DO CREDENCIAMENTO**
6. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
7. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
8. **DA ABERTURA DA SESSÃO**
9. **DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
10. **DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
11. **DA NEGOCIAÇÃO**
12. **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**
13. **DA HABILITAÇÃO**
14. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
15. **DO RECURSO**
16. **DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**
17. **DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**
18. **DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
19. **DAS OBRIGAÇÕES**
20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
21. **DO PAGAMENTO**
22. **DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO DO CONTRATO**
23. **DA IMPUGNAÇÃP E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
24. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

ANEXOS
Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Objeto;
ANEXO II – Termo de Referência;
ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO IV – Minuta de Contrato;
ANEXO V – Modelo de Proposta Readequada

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG.

1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência (Anexo II), assim como todas as especificações neste contidas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: própria.

2.1.1 : Valor: R$ 267.840,00 (duzentos e sessenta e sete mil e oitocentos e quarenta reais).

2.1.2 Dotações:

Reduzido Dotação	Fonte de Recurso
218	1.500.94
248	1.500.94
260	1.500.94

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Menor Preço Unitário

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal ou fazer uso de certificado digital informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Elói Mendes responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. É vedada a participação nesse pregão de:

a) Pessoas Jurídicas, isolada ou em sociedade, cujos titulares ou sócios componentes tenham vínculos com a Prefeitura Municipal de Elói Mendes, como servidor, comissionado ou agente político de qualquer natureza;

b) Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, que tenham praticados atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação (art. 88, II);

c) Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, impedidos de contratar em virtude de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública (art. 88, III);

d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; é vedada a transferência total ou parcial para terceiros, do objeto, total ou parcial, desta Licitação, bem como dos direitos e/ou obrigações por ela adquiridas;

e) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

f) Pessoa Jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) Pessoas Jurídicas que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

h) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

i) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14, da Lei n° 14.133/2021;

j) Pessoa Jurídica cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

k) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

l) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

c) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

a) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edital;

f) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

c) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento será feito pelo sítio https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ bastando o participante seguir as instruções de cadastro e manifestar em campo adequado o interesse em participação, submetendo em seguinte a proposta.

5.2. O cadastro no sítio eletrônica é de única e total responsabilidade do participante, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade sobre quaisquer erros na submissão de informação, devendo o participante dirimir suas dúvidas diretamente com o suporte técnico da plataforma.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade da licitante cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.7. As licitantes deverão manter atualizados seus dados no sítio eletrônico, especialmente no que tange razão social, endereço da sede administrativa, telefone de contato e endereço eletrônico.

5.7.1. Não será o Município ou a administração responsável caso a licitante perca algum comunicado, notificação, informação, remessa de documentos ou negócios por endereço físico e/ou eletrônico desatualizados.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para envio das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.1.3. Em casos onde o sistema possui somente um campo, porém pede-se múltiplas documentações, utilizar de formatos de compressão de arquivos (.zip , .rar , .7z) ou ferramentas / softwares que mesclem documentos. Inobservância nestas situações poderá acarretar desclassificação.

6.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total ofertado para cada item do grupo, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

6.4. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, sob a pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

6.7. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Até findo o prazo de propostas, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.11. O mesmo deverá enviar, através do sistema, proposta readequada após a fase de lances, durante o período de negociação.

6.11.1. Tal proposta deve ser assinada por representante legal da empresa e submetida à apreciação do pregoeiro. Os valores dessa proposta devem estar de acordo com as propostas vitoriosas, não sendo aceita qualquer discrepância, sob pena de desclassificação no item que ocorrer tal fato.

6.11.2. Em caso de um novo item ser dado a vitória à empresa que já enviou proposta readequada, uma outra deverá ser submetida com o novo item, que contenha todos os itens anteriores ou somente o novo.

7. DO PREECHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A licitante deverá enviar sua **proposta mediante o preenchimento**, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário e total do item;
Marca;
Fabricante;
Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.1. No caso do objeto se tratar de serviços, os campos relacionados à marca e fabricante não são desclassificatórios quando não preenchidos

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada. Sendo que qualquer elemento que possa identificar a licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias**,** a contar da data de sua apresentação.

7.6. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização pela Controladoria Geral do Município e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.8. O pregoeiro deverá suspender a sessão pública do pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o artigo 28 do Decreto nº 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

7.9. Após a suspensão da sessão pública, o pregoeiro enviará, via chat, conforme sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, mensagem às licitantes informado a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá, por meio de sistema eletrônico, na data e hora indicadas neste Edital, no sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por meio de troca de mensagens (via chat), em campo próprio disponibilizado pelo sistema eletrônico.

8.3. Compete à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

9.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.1.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances, sendo que o sistema as ordenará automaticamente.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

10.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo de 0,5% (meio por cento).

10.7. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor menor do lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, caso ocorra, prevalecerá o lance recebido e registrado em primeiro lugar.

10.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.10. O pregoeiro, durante a fase de lances, poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.16. Em caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, nesse caso, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

10.18. O Critério de julgamento adotado será o Menor Preço Unitário, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, pelo prazo de 2 (duas) horas, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Após a negociação do preço, a Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos

encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.6. O pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas) sob a pena de não aceitação da proposta.

12.7. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, uma única vez, a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante via chat, antes de findo este prazo.

12.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.9. O pregoeiro exigirá que a licitante classificada em primeiro lugar apresente amostra e/ou prova de conceito, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado estipulando o prazo que não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

12.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, explicitando-se a forma de avaliação com descrição dos aspectos e padrões mínimos a serem avaliados em conformidade com as especificações do Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.

12.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.14. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

12.15. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelas licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

12.16. As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

12.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.18. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a licitante será declarada vencedora e o pregoeiro verificará a habilitação daquela, observado o disposto neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

13.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica;

13.1.2. Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;

13.1.3. Documentação relativa à habilitação fiscal;

13.1.4. Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

13.1.5. Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos na Portal de Compras Públicas.

13.1.2. Para fins de habilitação, será observado o preenchimento "sim ou não", em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do item deste Edital.

13.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA	
A	No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
B	Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
C	No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
D	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
E	No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
F	No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
G	No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
H	Documentação de identificação do Sócio/Representante Legal da empresa.

13.5.1. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

13.6. DA HABILITAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICA-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
I	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
J	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
K	Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
L	Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
M	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
N	Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas;
O	Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
P	Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante executou serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

13.6.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.6.2. O pregoeiro poderá realizar, de ofício, consultas junto aos sítios eletrônicos e às bases de dados oficiais para verificação do atendimento de condições de habilitação do licitante (inciso VI do art. 12; §1º do art. 68 e art. 87, todos da Lei nº 14.133/2021).

13.6.3. Poderá ser concedido ao licitante, uma única vez, no âmbito de diligência, o prazo de 30 (trinta) minutos para suprir omissões ou sanear os seus documentos de habilitação.

13.6.4. A diligência prevista no item 13.6.3 não se destina à apresentação extemporânea de documentos de habilitação nos casos de ausência total da documentação, hipótese em que a licitante será inabilitada, admitindo-se sua realização apenas para suprir omissões pontuais ou promover o saneamento de falhas formais em documentos já apresentados.

13.6.5. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

13.6.6. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.6.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

13.6.8. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta readequada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.

14.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2. A proposta readequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DO RECURSO

15.1. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

15.2. As licitantes que manifestarem apresentação das razões do recurso, o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, para interpor recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.3. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.4. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.4.1. Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.7. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.2. Integra o presente Edital, a minuta da Ata de Registro de Preços cujas disposições disciplinarão as relações entre a Prefeitura Municipal de Elói Mendes e a ADJUDICATÁRIA.

16.3. O prazo de convocação será de **05 (cinco) dias úteis** e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Prefeitura Municipal de Elói Mendes.

16.4. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

16.5. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da ARP ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

16.6. A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato ou da ARP, pela qualidade dos

serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo responsável da fiscalização quanto à execução do contrato.

16.6.1. A ocorrência de desconformidade implicará na substituição dos materiais recusados, por outro, que será substituído, sem ônus para a Unidade Requisitante e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.7. A CONTRATADA será também responsável, na forma da Ata de Registro de Preços por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

16.8. No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

16.9. A Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

16.10. O prazo de execução e/ou fornecimento do objeto poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.11. No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato e / ou Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

17. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. A Licitante Vencedora submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo Unidade Requisitante e/ou por seus prepostos, não eximem a Licitante Vencedora de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades

legais e contratuais.

17.2. A Fiscalização da entrega dos bens caberá ao(s) servidor(es) designado(s) por ato da Autoridade Competente. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A Licitante Vencedora declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Prefeitura Municipal de Elói Mendes, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

17.4. A Licitante Vencedora se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da Prefeitura Municipal de Elói Mendes acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

17.5. Compete à Licitante Vencedora fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

17.6. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da Licitante Vencedora no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a Prefeitura Municipal de Elói Mendes, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da Unidade Requisitante ou de seus prepostos.

18. DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1 A entrega do objeto deverá ocorrer mediante disponibilização, implantação, configuração e efetiva operacionalização da Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Elói Mendes/MG e das unidades escolares vinculadas à Rede Municipal de Ensino.

18.2. A LICITANTE VENCEDORA ficará obrigada a regularizar o objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas no Termo de Referência, sem que

isso acarrete qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Elói Mendes ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.

18.3. À LICITANTE VENCEDORA caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

18.4. Verificada alguma omissão, falta ou desconformidade com o objeto contratado, Prefeitura Municipal de Elói Mendes encaminhará a LICITANTE VENCEDORA, solicitação para as devidas correções e/ou complementações, estabelecendo um prazo para sua conclusão.

18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Prefeitura Municipal de Elói Mendes durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.7 O serviço do presente Termo de Referência será recebido em remessa parcelada, com prazo não superior a 20 DIAS úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

19. DAS OBRIGAÇÕES

19.1. DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES:

19.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

19.1.2. Designar servidor(es) autorizado(s) para fiscalizar o contrato, atestando as notas fiscais/faturas apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA.

19.1.3. Prestar à LICITANTE VENCEDORA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

19.1.4. Remeter advertências à LICITANTE VENCEDORA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

19.1.5. Aplicar a LICITANTE VENCEDORA penalidades, quando for o caso.

19.1.6. Notificar, por escrito, a LICITANTE VENCEDORA da aplicação de qualquer sanção.

19.1.7. Efetuar o pagamento da LICITANTE VENCEDORA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

19.1.8. Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

19.2. DA LICITANTE VENCEDORA:

19.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;

19.2.2. Não subcontratar o objeto da presente licitação sem o consentimento prévio da Prefeitura Municipal de Elói Mendes, o qual, caso haja, será dado por escrito;

19.2.3. A adjudicatária responde, solidariamente, pelos atos praticados pela firma subcontratada, relacionados com o objeto deste edital;

19.2.4. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

19.2.5. Realizar entrega dos produtos, objeto deste, com os deveres e garantias constantes dos Anexos deste Edital;

19.2.6. Credenciar junto à Prefeitura Municipal de Elói Mendes funcionário (s) que atenderá (ão) às solicitações do objeto deste pregão;

19.2.7. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no 16.4., sujeitando–a às penalidades previstas em lei e no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

20.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, das quais se destacam:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela LICITANTE VENCEDORA, no prazo máximo de 03(três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

20.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.6. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

20.7. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21. DO PAGAMENTO

21.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. O pagamento será mensal e efetuado pela Prefeitura Municipal de Elói Mendes, creditado em favor da LICITANTE VENCEDORA, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em observância à Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser realizado preferencialmente em até 15 (quinze) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura:

BANCO:AGÊNCIA: CONTA CORRENTE: LOCALIDADE:

21.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em moeda corrente do país.

21.4. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; e da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

21.5. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica a Prefeitura Municipal de Elói Mendes autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à LICITANTE VENCEDORA, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei Federal nº 14.133/2021.

21.6. A Prefeitura Municipal de Elói Mendes poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela LICITANTE VENCEDORA, por força deste Termo de

Referência.

21.7. Quando ocorrer a situação prevista no 21.5., não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Termo de Referência.

21.8. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

21.9. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Elói Mendes, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês.

21.10. Para a hipótese definida no item anterior, a LICITANTE VENCEDORA fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

21.11. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais.

22. DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

22.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da Proposta Comercial, ou da data da última repactuação.

22.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

22.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

22.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

22.4.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.5.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.5.2. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.5.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, caberá à Prefeitura Municipal de Elói Mendes indicar novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.6. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

22.7. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

22.7.1 Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

22.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

22.8.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

23.2. Impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema, no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

23.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.4. Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ sendo de responsabilidade dos licitantes, seu

acompanhamento.

23.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por aquele que tem poderes de representação com login e senha no sistema de operacionalização do certame.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do interesse público e do formalismo moderado.

24.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.9.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.11.1 A anulação da licitação induz à extinção do contrato.

24.11.2 . A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.12. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

24.13. Fica eleito o Município de Elói Mendes - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

24.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal de Elói Mendes pelo e-mail pregaoeletronico@eloimendes.mg.gov.br, nos dias úteis no horário das 08 às 17 horas.

24.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela Prefeitura Municipal de Elói Mendes, obedecida a legislação vigente.

24.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser

consultados no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

24.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Objeto;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV– Minuta de Contrato;

ANEXO V– Modelo de Proposta Readequada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELOI MENDES, 17 de novembro de 2026.

Natal Donizetti Cadorini

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 192/2026– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
ANEXO I - DO OBJETO

O objeto desta licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG.

Seq.	Item	Descrição/Especificação	UN	Quantidade	Unitário
1	10239	SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, EM AMBIENTE WEB, DESTINADA AO GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO, PEDAGÓGICO E OPERACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM COBRANÇA MENSAL CALCULADA COM BASE NO NÚMERO DE ALUNOS CADASTRADOS E ATIVOS NA PLATAFORMA. A SOLUÇÃO INCLUI O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 13	UN	32.400	R$ 8,2666

		TABLETS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS POR RECONHECIMENTO FACIAL, CONDICIONADA À AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO BIOMÉTRICO. A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, CADASTRO ÚNICO DE ALUNOS, MATRÍCULAS, REMATRÍCULAS, TRANSFERÊNCIAS, GESTÃO DE VAGAS E LISTAS DE ESPERA, ORGANIZAÇÃO DE TURMAS, CALENDÁRIO ESCOLAR, DIÁRIO DE CLASSE ELETRÔNICO, CONTROLE DE FREQUÊNCIA, AVALIAÇÕES, PARECERES PEDAGÓGICOS, BOLETINS, HISTÓRICOS ESCOLARES, EMISSÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS, GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, RELATÓRIOS GERENCIAIS E INDICADORES EDUCACIONAIS. DEVERÁ DISPONIBILIZAR FUNCIONALIDADE DE REGISTRO DE			

		ENTRADA E SAÍDA DOS ESTUDANTES NAS UNIDADES ESCOLARES, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DO TIPO TABLET COM TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, PERMITINDO A INTEGRAÇÃO AUTOMÁTICA DOS REGISTROS À PLATAFORMA DE GESTÃO ESCOLAR. O SISTEMA DEVERÁ POSSIBILITAR O ENVIO AUTOMÁTICO DE NOTIFICAÇÕES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS LEGAIS, POR MEIO DE APLICATIVO OU AMBIENTE DIGITAL, INFORMANDO OS REGISTROS DE ENTRADA E SAÍDA DOS ESTUDANTES, FREQUÊNCIA, AUSÊNCIAS E DEMAIS COMUNICADOS ESCOLARES. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ INCLUIR IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, SUPORTE			

		TÉCNICO, HOSPEDAGEM, ARMAZENAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SEM CUSTOS ADICIONAIS, DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL. A PLATAFORMA DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONTROLE DE ACESSO POR PERFIL DE USUÁRIO, REGISTROS DE AUDITORIA E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD).			

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Obs.: O termo de referência é o documento que a(s) secretaria(s) solicitante(s) enviam ao setor de Licitações, sendo anexado ao Edital de forma complementar e informativo, porém com caráter vinculatório. Os mesmos itens e condições presentes no edital estão presentes neste termo.

TERMO DE REFERÊNCIA

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

1. Objeto

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na disponibilização, implantação, configuração, parametrização, migração de dados, treinamento, suporte técnico, manutenção e atualização de Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, visando atender às necessidades das unidades da Rede Municipal de Ensino de Elói Mendes/MG.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE unidade	VALOR UNITARIO DA LICENÇA	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada para disponibilização de licença de uso de Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, em ambiente web, destinada ao gerenciamento administrativo, pedagógico e operacional da Rede Municipal de Ensino, com cobrança mensal calculada com base no número de alunos cadastrados e ativos na plataforma. A Solução inclui o fornecimento e instalação de 13 tablets para identificação dos alunos por reconhecimento facial, condicionada à autorização para tratamento biométrico. A solução deverá contemplar, de forma integrada, cadastro único de alunos, matrículas, rematrículas, transferências, gestão de vagas e listas de espera, organização de turmas, calendário escolar, diário de classe eletrônico, controle de frequência, avaliações, pareceres pedagógicos, boletins, históricos escolares, emissão de documentos oficiais, gestão do transporte escolar, relatórios gerenciais e indicadores educacionais. Deverá disponibilizar	32.400	R$ 8,26	R$ 267.840,00

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BISCAIA e SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-7

	funcionalidade de registro de entrada e saída dos estudantes nas unidades escolares, mediante utilização de dispositivos eletrônicos do tipo tablet com tecnologia de reconhecimento facial, observada a legislação de proteção de dados pessoais, permitindo a integração automática dos registros à plataforma de gestão escolar. O sistema deverá possibilitar o envio automático de notificações aos pais e responsáveis legais, por meio de aplicativo ou ambiente digital, informando os registros de entrada e saída dos estudantes, frequência, ausências e demais comunicados escolares. A contratação deverá incluir implantação, configuração, parametrização, treinamento dos usuários, suporte técnico, hospedagem, armazenamento, manutenção e atualizações do sistema, sem custos adicionais, durante o período contratual. A plataforma deverá possuir mecanismos de segurança da informação, controle de acesso por perfil de usuário, registros de auditoria e proteção dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).			
		VALOR		**R$ 267.840,00**

OBS. NECESSÁRIO REALIZAR APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA E RELATÓRIOS OS DE REGISTROS IMPRESSO QUE SERVIRÁ PARA ARQUIVAMENTO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

2. Vigência

2.1. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida no instrumento contratual, observada a emissão da respectiva Ordem de Serviço e as condições necessárias ao início da execução.

2.2. Considerando a natureza continuada dos serviços de disponibilização, hospedagem, suporte técnico, manutenção e atualização da Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, poderá haver prorrogação contratual, desde que atendidos os requisitos legais, demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a previsão no edital e no contrato.

3. Fundamento e justificativa acerca da necessidade da contratação

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização, informatização, integração e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, pedagógicos e operacionais da Rede Municipal de Ensino de Elói Mendes/MG, visando proporcionar maior eficiência na gestão pública educacional, segurança das informações, otimização dos recursos disponíveis e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos estudantes, profissionais da educação e suas famílias.

A Secretaria Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições institucionais, é responsável pelo planejamento, organização, acompanhamento e desenvolvimento das ações educacionais, envolvendo atividades relacionadas à gestão de matrículas, rematrículas, transferências, distribuição de vagas, organização de turmas, calendários escolares, registros pedagógicos, controle de frequência, avaliações de aprendizagem, emissão de documentos oficiais, transporte escolar, comunicação com pais e responsáveis e acompanhamento de indicadores educacionais.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

A execução dessas atividades exige mecanismos eficientes de organização, atualização, armazenamento e compartilhamento seguro das informações, de modo a assegurar a continuidade dos serviços e subsidiar a tomada de decisões administrativas e pedagógicas.

Nesse contexto, a contratação de uma Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal apresenta-se como solução destinada a centralizar e integrar os diferentes procedimentos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares, permitindo maior padronização, confiabilidade, rastreabilidade e agilidade na gestão das informações educacionais.

A disponibilização de uma base lógica única de dados por município contribuirá para reduzir a fragmentação dos registros, evitar duplicidade de cadastros, minimizar retrabalho administrativo e facilitar o acesso às informações pelos profissionais devidamente autorizados, respeitados os níveis de permissão e as normas de proteção de dados pessoais.

No âmbito pedagógico, a plataforma possibilitará a utilização de diário de classe eletrônico, registros de conteúdos ministrados, acompanhamento da frequência, avaliações configuráveis, pareceres descritivos, boletins, históricos escolares e demais documentos acadêmicos, proporcionando melhores condições para o acompanhamento da trajetória educacional dos estudantes e para o planejamento das ações pedagógicas.

A contratação também se justifica pela necessidade de aprimorar os mecanismos de acompanhamento da frequência escolar e dos registros de entrada e saída dos estudantes nas instituições de ensino. Para essa finalidade, pretende-se disponibilizar funcionalidades de identificação eletrônica, incluindo a possibilidade de reconhecimento facial por meio de dispositivos do tipo tablet, desde que demonstradas a necessidade, proporcionalidade, viabilidade técnica e conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

A integração dos registros de acesso à plataforma permitirá maior agilidade na consulta às informações e possibilitará o cruzamento dos dados com a frequência pedagógica, contribuindo para a identificação de ausências e inconsistências que demandem acompanhamento pelas equipes escolares.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ...../.....	Pregão nº ..../.....	Processo nº ...../.....
Fornecedor:		CPNJ:
Objeto:		
Data de Assinatura:	Vigência até:	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../.....

Aos XXXXXXX, na Secretaria Municipal de Administração, situado na rua Coronel Horácio Alves Pereira, número 335, Centro, em Elói Mendes / MG, o **MUNICIPIO DE ELOI MENDES-MG**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Natal Donizetti Cadorini, brasileiro, portador da identidade nº MG-16.607.315, CPF nº 193.325.996-53, residente e domiciliado na cidade de Elói Mendes –MG e a empresa **NOME**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXX, estabelecida na cidade de XXXXXXX, na XXXXXXX, bairro XXXXXXX, CEP XXXXXXX, neste ato de designada simplesmente CONTRATADA e representada pelo(a) Sr(a). XXXXXXX brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade (PREGÃO, DISPENSA, INEXIGIBILIDADE), na forma eletrônica/física, para REGISTRO DE PREÇOS nº 67/2026, publicada no de .17/11/2026, processo administrativo n.º192/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 3.308, de 24 de janeiro de 2024, demais legislação correlata e em conformidade com as disposições a seguir referido observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20.] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Outro aspecto relevante consiste no fortalecimento da comunicação entre as unidades escolares e os pais ou responsáveis legais. A solução deverá possibilitar o envio automático de notificações relacionadas à entrada e saída dos estudantes, frequência escolar, ausências e comunicados institucionais, proporcionando maior transparência, acompanhamento da rotina escolar e participação das famílias no processo educacional.

No que se refere ao transporte escolar, a contratação permitirá integrar informações relacionadas aos estudantes transportados, veículos, rotas e itinerários, contribuindo para o planejamento, organização e fiscalização do serviço. O cruzamento dessas informações com os registros de acesso às instituições e de frequência escolar poderá subsidiar a identificação de divergências e o aprimoramento dos procedimentos operacionais.

A plataforma também deverá disponibilizar relatórios gerenciais, painéis de acompanhamento e indicadores educacionais que possibilitem à Secretaria Municipal de Educação monitorar informações relacionadas às matrículas, frequência, desempenho escolar, movimentação de estudantes, ocupação de vagas e demais aspectos relevantes para o planejamento das políticas públicas educacionais.

Sob o aspecto administrativo e econômico, a contratação busca proporcionar maior racionalização dos procedimentos, redução de atividades manuais, otimização do tempo dos servidores, padronização dos registros e melhoria da eficiência na utilização dos recursos públicos.

O modelo de remuneração mensal por aluno cadastrado ativo na plataforma permitirá relacionar os custos da prestação dos serviços ao quantitativo de estudantes efetivamente atendidos, observados os critérios de medição, fiscalização e pagamento estabelecidos no Termo de Referência.

A contratação deverá compreender todos os serviços necessários ao adequado funcionamento da solução, incluindo implantação, configuração, parametrização, eventual migração de dados, capacitação dos usuários, hospedagem, suporte técnico, manutenção e atualizações, assegurando condições de continuidade operacional durante a vigência contratual.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

A solução deverá observar os requisitos de segurança da informação, confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos registros, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento de informações de crianças e adolescentes.

A eventual utilização de dados biométricos deverá ser precedida de avaliação específica de riscos e de proteção de dados, com definição da hipótese legal aplicável, medidas de segurança e mecanismos alternativos de identificação, observando o melhor interesse dos estudantes.

A presente contratação encontra fundamento nos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.

Também se relaciona às responsabilidades do Poder Público na organização e manutenção dos serviços educacionais, previstas na Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A contratação deverá observar os princípios do planejamento, da economicidade, da competitividade, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante adequada instrução do processo licitatório, levantamento de mercado, pesquisa de preços e definição dos requisitos técnicos necessários.

Diante do exposto, **justifica-se a necessidade da contratação de Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal**, considerando sua relevância para a modernização dos procedimentos administrativos e pedagógicos, aprimoramento do acompanhamento dos estudantes, fortalecimento da comunicação com as famílias, integração das informações do transporte escolar e disponibilização de instrumentos tecnológicos que contribuam para maior eficiência e qualidade dos serviços educacionais.

A contratação pretendida representa uma iniciativa de modernização da gestão pública municipal, buscando assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais da educação,

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

maior organização das informações, segurança no acompanhamento dos estudantes e melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade escolar de Elói Mendes/MG.

4. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização, implantação, configuração, parametrização, hospedagem, treinamento, suporte técnico, manutenção e atualização de uma Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, em ambiente web, destinada ao atendimento das necessidades administrativas, pedagógicas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação de Elói Mendes/MG e das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

A plataforma deverá funcionar de forma integrada e centralizada, permitindo o gerenciamento das informações educacionais em uma base lógica única por município, com acesso por meio de perfis de usuários autorizados, garantindo maior eficiência, organização, segurança, confiabilidade e transparência na gestão dos serviços educacionais.

A solução deverá contemplar funcionalidades de cadastro único municipal de estudantes, matrícula, rematrícula, transferência dos alunos entre as instituições de ensino do próprio município, gestão de vagas e listas de espera das instituições, organização de turmas, calendário escolar que deverá ser lançado na plataforma com o usuário da secretaria municipal de educação , horários, diário de classe eletrônico, registros de frequência, avaliações configuráveis, pareceres pedagógicos, boletins, históricos escolares, emissão de documentos oficiais, relatórios gerenciais e indicadores educacionais.

No âmbito da gestão pedagógica, a plataforma deverá possibilitar aos professores e equipes gestoras o registro e acompanhamento das atividades escolares, conteúdos ministrados, avaliações, frequência dos estudantes e demais informações relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, permitindo o monitoramento pela Secretaria Municipal de Educação e subsidiando o planejamento de ações pedagógicas.

A solução deverá contemplar, ainda, módulo de gestão do transporte escolar, possibilitando o cadastramento de estudantes transportados, veículos, rotas, itinerários e demais

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

informações operacionais, com integração aos registros de frequência e acesso às unidades escolares, visando aprimorar o planejamento, acompanhamento e fiscalização do serviço.

Como funcionalidade destinada ao aprimoramento do controle de acesso e acompanhamento dos estudantes, a plataforma deverá permitir o registro eletrônico de entrada e saída dos alunos nas instituições de ensino, mediante utilização de dispositivos eletrônicos do tipo tablet, com possibilidade de identificação por reconhecimento facial, condicionada à avaliação técnica e jurídica de sua necessidade e proporcionalidade, especialmente quanto ao tratamento de dados biométricos de crianças e adolescentes, o equipamento deverá ser instalado por responsabilidade da empresa contratada.

Os registros de entrada e saída deverão ser integrados à plataforma de gestão escolar, permitindo o acompanhamento dos horários de acesso e o cruzamento das informações com os registros de frequência pedagógica, sem substituir o controle realizado pelos professores em sala de aula.

A plataforma deverá disponibilizar mecanismos de comunicação digital com os pais e responsáveis legais, possibilitando o envio automático de notificações relacionadas à entrada e saída dos estudantes, frequência escolar, ausências, comunicados institucionais e demais informações pertinentes à rotina escolar, por meio de aplicativo, ambiente digital ou outros canais eletrônicos previstos na solução.

A integração dessas funcionalidades permitirá maior aproximação entre as unidades escolares e as famílias, proporcionando informações em tempo oportuno e fortalecendo o acompanhamento da vida escolar dos estudantes.

A solução deverá assegurar a preservação da trajetória educacional dos alunos, mantendo registros acadêmicos e administrativos organizados e acessíveis aos profissionais autorizados, inclusive em situações de transferência entre unidades da Rede Municipal de Ensino.

Também deverá disponibilizar painéis gerenciais, relatórios e indicadores que possibilitem à Secretaria Municipal de Educação acompanhar informações relacionadas a

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

matrículas, frequência, desempenho escolar, movimentação de estudantes, ocupação de vagas e demais aspectos relevantes para o planejamento e a tomada de decisões.

No que se refere à segurança da informação, a plataforma deverá possuir mecanismos de autenticação, controle de acesso por perfil de usuário, registros de auditoria, cópias de segurança, proteção contra acessos não autorizados e procedimentos de recuperação das informações, observando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento de informações de crianças e adolescentes.

A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela implantação e disponibilização da solução, incluindo configuração, parametrização, eventual migração de dados, capacitação dos usuários, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, atualizações necessárias e demais serviços previstos no Termo de Referência, assegurando condições adequadas de funcionamento durante a vigência contratual.

A remuneração pelos serviços será realizada mensalmente, considerando o quantitativo de alunos cadastrados e ativos na plataforma, mediante aplicação do valor unitário contratado por aluno/mês, observados os critérios de medição e pagamento estabelecidos no Termo de Referência.

O valor unitário deverá contemplar todos os custos necessários à disponibilização e manutenção da solução, incluindo os módulos contratados, hospedagem, suporte técnico, atualizações, implantação e treinamento, não sendo admitidas cobranças adicionais por funcionalidades compreendidas no objeto.

A solução deverá apresentar condições de escalabilidade, permitindo atender às variações do quantitativo de estudantes e às necessidades operacionais da Rede Municipal de Ensino, sem comprometer a continuidade dos serviços ou a integridade das informações.

Ao término da contratação, deverá ser assegurada à Administração Municipal a possibilidade de exportação integral dos dados sob sua responsabilidade, em formatos estruturados e interoperáveis, acompanhados da documentação necessária, de modo a preservar os registros escolares e permitir eventual migração para outra solução tecnológica.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

Dessa forma, a contratação de uma Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal representa uma solução voltada à modernização da gestão educacional, à integração dos procedimentos administrativos e pedagógicos, ao aprimoramento do acompanhamento dos estudantes e ao fortalecimento da comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e as famílias.

A solução pretendida busca proporcionar maior eficiência administrativa, otimização dos recursos públicos, segurança das informações, transparência dos procedimentos e melhoria contínua da qualidade dos serviços educacionais oferecidos à população de Elói Mendes/MG.

5. Requisitos da contratação

A presente contratação deverá contemplar a disponibilização de solução tecnológica integrada para gestão administrativa, pedagógica e operacional da Rede Municipal de Ensino de Elói Mendes/MG, incluindo todos os serviços necessários à implantação, configuração, parametrização, disponibilização, hospedagem, treinamento, suporte técnico, manutenção, atualização e funcionamento da plataforma durante a vigência contratual.

A solução deverá atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, proporcionando integração das informações, padronização dos procedimentos, segurança dos dados e acesso às funcionalidades por usuários devidamente autorizados.

5.1. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

5.1.1. A plataforma deverá funcionar em ambiente web, com acesso por meio de navegadores atualizados, dispensando, preferencialmente, instalações locais complexas nos equipamentos utilizados pelas unidades escolares.

5.1.2. Deverá possuir ambiente centralizado de gerenciamento, permitindo à Secretaria Municipal de Educação acompanhar e administrar as informações das unidades escolares vinculadas à Rede Municipal de Ensino.

5.1.3. A solução deverá permitir o cadastramento de diferentes perfis de usuários, incluindo administradores, gestores escolares, secretários escolares, coordenadores

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

pedagógicos, professores, profissionais autorizados do transporte escolar e pais ou responsáveis legais, conforme as funcionalidades disponibilizadas.

5.1.4. O sistema deverá possuir mecanismos de autenticação, controle de permissões e registro de operações realizadas pelos usuários.

5.1.5. A plataforma deverá possibilitar o compartilhamento de informações entre os módulos contratados, evitando duplicidade de cadastros e inconsistências nos registros.

5.1.6. A solução deverá apresentar interface em língua portuguesa, com navegação intuitiva e recursos de acessibilidade compatíveis com as necessidades dos usuários.

5.2 REQUISITOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E ESCOLAR

5.2.1. Permitir o cadastro e gerenciamento das unidades escolares, etapas de ensino, turmas, turnos, calendários, profissionais e estudantes.

5.2.2. Disponibilizar funcionalidades para matrícula, rematrícula, transferência, movimentação de estudantes, controle de vagas e listas de espera.

5.2.3. Possibilitar a manutenção de cadastro individualizado dos estudantes, preservando o histórico das informações e evitando registros duplicados.

5.2.4. Permitir a organização de turmas, vinculação de professores e acompanhamento da distribuição de estudantes.

5.2.5. Disponibilizar ferramentas para emissão de declarações, comprovantes, históricos, boletins e demais documentos escolares previstos nas funcionalidades contratadas.

5.2.6. Permitir a geração de relatórios administrativos e consultas gerenciais, com filtros por unidade escolar, etapa de ensino, turma, turno e período.

5.3. REQUISITOS DE GESTÃO PEDAGÓGICA

5.3.1. Disponibilizar diário de classe eletrônico para registro de conteúdos, atividades pedagógicas, frequência, avaliações e demais informações relacionadas ao acompanhamento escolar.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.3.2. Permitir o lançamento e acompanhamento de notas, conceitos, pareceres descritivos e resultados de aprendizagem, conforme os critérios adotados pela Rede Municipal de Ensino.

5.3.3. Possibilitar a consulta ao histórico de frequência e desempenho dos estudantes.

5.3.4. Permitir a emissão de boletins, relatórios de acompanhamento e demais documentos pedagógicos.

5.3.5. Disponibilizar mecanismos de acompanhamento de indicadores educacionais que auxiliem gestores e equipes pedagógicas no planejamento das ações escolares.

5.4. REQUISITOS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E ACESSO DOS ESTUDANTES

5.4.1. Disponibilizar funcionalidade para registro e acompanhamento da frequência escolar, permitindo identificar ausências, atrasos e situações que demandem acompanhamento pedagógico.

5.4.2. A solução deverá disponibilizar funcionalidade de identificação dos estudantes para registro eletrônico de entrada e saída nas 13 (treze) unidades escolares, contemplando tecnologia de reconhecimento facial, cuja ativação e utilização efetiva ficarão condicionadas à prévia avaliação jurídica e técnica e à autorização formal da Administração Municipal, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

5.4.3. A contratada deverá fornecer 13 (treze) tablets, equipados com câmera compatível com a tecnologia de reconhecimento facial, destinados à instalação nos pontos de acesso das unidades escolares, permitindo, quando autorizada a funcionalidade biométrica, a identificação automatizada do aluno previamente cadastrado e o registro da data, horário, instituição de ensino e tipo de ocorrência (entrada ou saída).

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.4.4. Os equipamentos deverão funcionar por meio de conexão Wi-Fi, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento, transporte, instalação, configuração, integração à plataforma e realização dos testes necessários ao seu pleno funcionamento.

5.4.5. A solução deverá permitir a consulta dos registros de entrada e saída por usuários autorizados, a emissão de relatórios e a integração com os mecanismos de comunicação destinados aos pais ou responsáveis legais.

5.4.6. Deverão existir procedimentos alternativos de identificação e registro de acesso para situações de falha tecnológica, indisponibilidade dos equipamentos ou impossibilidade de utilização do reconhecimento facial, sem prejuízo ao acesso do estudante à instituição de ensino.

5.4.7. Os registros de entrada e saída deverão ser armazenados de maneira segura, permitindo consulta por usuários autorizados, com identificação da data, horário, unidade escolar e estudante correspondente.

5.4.8. O registro de acesso à unidade escolar não deverá substituir automaticamente o registro pedagógico de frequência em sala de aula, devendo ser preservada a distinção entre essas informações.

5.4.9. A ativação e utilização efetiva do reconhecimento facial deverão ficar condicionadas à prévia avaliação e autorização formal da Administração Municipal, observadas as exigências legais relativas ao tratamento de dados biométricos de crianças e adolescentes.

5.5. REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO COM PAIS E RESPONSÁVEIS

5.5.1. Disponibilizar funcionalidades de comunicação digital entre as unidades escolares e os pais ou responsáveis legais.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.5.2. Quando houver registro válido de entrada ou saída do estudante por meio do sistema de identificação eletrônica, a plataforma deverá possibilitar o envio automático de notificação aos pais ou responsáveis legais cadastrados, informando o nome do aluno, a instituição de ensino, a data, o horário e o tipo de registro realizado.

5.5.3. A plataforma deverá manter histórico das notificações enviadas, possibilitando a consulta de seu processamento e a identificação de eventuais falhas no envio.

5.5.4. Possibilitar o envio de comunicados escolares, avisos institucionais e informações de acompanhamento escolar, conforme as permissões e funcionalidades contratadas.

5.5.5. Manter registros dos comunicados e notificações processados, permitindo acompanhamento das ocorrências e identificação de falhas.

5.5.6. Disponibilizar mecanismos de atualização dos dados de contato dos responsáveis, observados os procedimentos de validação e segurança.

5.5.7. Os canais de comunicação, eventuais limites de utilização e os serviços incluídos no preço deverão estar expressamente definidos no Termo de Referência, evitando cobranças adicionais não previstas.

5.6. REQUISITOS DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

5.6.1. Permitir o cadastro e gerenciamento de estudantes atendidos pelo transporte escolar.

5.6.2. Disponibilizar funcionalidades para organização de rotas, itinerários, veículos e demais informações necessárias ao planejamento do transporte.

5.6.3. Possibilitar a vinculação dos estudantes às respectivas rotas e veículos, conforme os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação.

5.6.4. Permitir a emissão de relatórios e consultas relacionadas à utilização e organização do transporte escolar.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.6.5. Possibilitar integração entre os registros de transporte, acesso às unidades escolares e informações de frequência, respeitadas as finalidades e permissões de tratamento dos dados.

5.6.6. O condutor dos veículos deverá ter acesso a aplicativo com usuário e senha próprio disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, para registro da frequência dos alunos da respectiva rota e horário.

5.7. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

5.7.1. A plataforma deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento de dados de crianças e adolescentes.

5.7.2. Deverá possuir mecanismos de controle de acesso, autenticação, registro de operações e proteção contra acessos não autorizados.

5.7.3. Deverão ser implementadas medidas técnicas e administrativas de segurança compatíveis com a natureza dos dados tratados.

5.7.4. A contratada deverá adotar procedimentos de cópias de segurança, recuperação de informações, monitoramento e resposta a incidentes.

5.7.5. O tratamento de dados biométricos, caso autorizado pela Administração após avaliação específica, deverá observar requisitos adicionais de necessidade, proporcionalidade, segurança, retenção e descarte.

5.7.6. A contratada deverá assegurar a confidencialidade das informações e não poderá utilizar os dados para finalidades próprias incompatíveis com a execução contratual.

5.7.7. Deverão ser estabelecidos procedimentos para comunicação de incidentes, atendimento às solicitações da Administração e disponibilização dos registros necessários à fiscalização.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.7.8. A utilização da tecnologia de reconhecimento facial deverá observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), especialmente as disposições relativas ao tratamento de dados pessoais sensíveis e de dados de crianças e adolescentes.

5.7.9. A Administração Municipal deverá realizar, previamente à ativação da funcionalidade, avaliação quanto à finalidade, necessidade, adequação e proporcionalidade do tratamento dos dados biométricos, considerando o melhor interesse dos estudantes e as medidas de proteção aplicáveis.

5.7.10. A contratada deverá fornecer todas as informações técnicas necessárias para subsidiar a avaliação da Administração, incluindo descrição do funcionamento da tecnologia, dados coletados, forma de armazenamento, prazo de retenção, mecanismos de segurança, controle de acesso, compartilhamento e eventual utilização de serviços ou infraestrutura de terceiros.

5.7.11. Deverão ser adotadas medidas técnicas e administrativas para impedir acessos não autorizados, vazamentos, alterações, perdas ou utilização indevida dos dados pessoais e biométricos.

5.7.12. A contratada não poderá utilizar imagens, dados biométricos ou quaisquer informações dos estudantes para finalidades próprias, publicidade, treinamento de modelos, compartilhamento comercial ou qualquer finalidade diversa da execução contratual.

5.7.13. A funcionalidade de reconhecimento facial somente poderá ser ativada mediante autorização formal da Administração Municipal, após as avaliações jurídicas e técnicas pertinentes, permanecendo disponível mecanismo alternativo de registro de entrada e saída que não dependa do tratamento biométrico.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.7.14. Para fins de proteção de dados pessoais, o Município de Elói Mendes/MG atuará como controlador dos dados tratados no âmbito da execução contratual, cabendo à empresa contratada atuar como operadora, realizando o tratamento exclusivamente conforme as instruções documentadas da Administração e para as finalidades relacionadas à execução do objeto, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018.

5.7.15. A contratada deverá informar previamente à Administração a identificação de eventuais suboperadores ou terceiros que tenham acesso aos dados pessoais, dependendo sua utilização de autorização formal do Município, permanecendo a contratada responsável pelo cumprimento das obrigações de segurança, confidencialidade e proteção de dados.

5.7.16. A contratada deverá informar os locais de armazenamento e processamento dos dados, inclusive eventual utilização de infraestrutura de terceiros ou transferência internacional de dados, apresentando as informações técnicas necessárias à avaliação da conformidade com a legislação aplicável.

5.7.17. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais tratados no âmbito do contrato, apresentando informações sobre a natureza do incidente, os dados potencialmente afetados, as medidas de contenção adotadas e as providências para sua correção, observado o prazo contratual e as obrigações legais do controlador.

5.7.18. Ao término da contratação, a contratada deverá assegurar a entrega ou exportação integral dos dados à Administração, em formato estruturado e interoperável, bem como promover a eliminação das cópias sob sua responsabilidade, ressalvadas as hipóteses legais de conservação, mediante comprovação dos procedimentos realizados.

5.7.19. A contratada deverá prestar suporte à Administração no atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais, inclusive quanto a solicitações de acesso, correção,

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

informação, bloqueio ou eliminação, quando aplicáveis, observadas as competências do controlador e as disposições da legislação vigente.

5.8. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

5.8.1. A contratada deverá realizar a implantação da solução nas unidades escolares contempladas, observando o cronograma estabelecido pela Administração.

5.8.2. A implantação deverá compreender as atividades de configuração, parametrização, cadastramento inicial e integração das funcionalidades contratadas.

5.8.3. Quando necessária, a migração de dados existentes deverá ser executada mediante procedimentos de segurança, validação e conferência das informações.

5.8.4. A contratada deverá realizar testes de funcionamento e correção de eventuais inconsistências identificadas antes do aceite da implantação.

5.8.5. A implantação deverá ocorrer de maneira planejada, buscando evitar prejuízos ao calendário escolar e à continuidade dos serviços administrativos e pedagógicos.

5.9. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

5.9.1. A contratada deverá disponibilizar treinamento aos servidores indicados pela Secretaria Municipal de Educação, contemplando as funcionalidades correspondentes aos respectivos perfis de utilização.

5.9.2. Os treinamentos deverão proporcionar condições para operação adequada da plataforma por gestores, professores e demais profissionais autorizados.

5.9.3. Deverão ser disponibilizados materiais de orientação, manuais ou recursos equivalentes de consulta.

5.9.4. A contratada deverá prestar orientações complementares relacionadas à utilização das funcionalidades e às atualizações implementadas.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.10. REQUISITOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO

5.10.1. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, por meio de canais de atendimento previamente definidos, incluindo telefone, e-mail ou sistema eletrônico de abertura e acompanhamento de chamados, durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação.

5.10.2. A contratada deverá realizar manutenção corretiva e atualizações necessárias ao adequado funcionamento das funcionalidades contratadas.

5.10.3. A contratada deverá prestar suporte técnico e realizar manutenção corretiva nos 13 (treze) tablets fornecidos, incluindo a correção de falhas, problemas de configuração, conectividade, câmera e integração com a plataforma, bem como a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos que impeçam sua utilização, sem custos adicionais para a Administração.

5.10.4. A contratada deverá garantir que os equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento durante toda a vigência contratual.

5.10.5. Os chamados técnicos deverão ser classificados conforme o grau de criticidade, observando-se os seguintes prazos máximos para início do atendimento:

a) Prioridade crítica: até 2 (duas) horas úteis, quando houver indisponibilidade total da plataforma ou interrupção de funcionalidade essencial;

b) Prioridade alta: até 4 (quatro) horas úteis, quando houver comprometimento de módulo essencial, sem indisponibilidade total da plataforma;

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

c) Prioridade média: até 1 (um) dia útil, quando houver falha parcial que não impeça a continuidade das atividades principais;

d) Prioridade baixa: até 3 (três) dias úteis, para dúvidas, orientações ou ajustes sem impacto relevante na operação.

5.10.5.1. A contratada deverá informar o prazo estimado para solução de cada ocorrência, manter a Administração atualizada sobre as providências adotadas e, quando necessário, disponibilizar solução alternativa temporária para garantir a continuidade dos serviços.

5.10.6. Os serviços de suporte, manutenção e atualização integrantes do objeto deverão estar contemplados no valor contratado.

5.11. REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE

5.11.1. A plataforma deverá ser disponibilizada em infraestrutura tecnológica compatível com a demanda de utilização da Rede Municipal de Ensino.

5.11.2. Deverão ser previstos mecanismos de monitoramento, cópias de segurança e recuperação dos dados.

5.11.3. A contratada deverá adotar medidas destinadas à continuidade operacional e à redução de interrupções dos serviços.

5.11.4. Ao término da contratação, a Administração deverá ter assegurado o acesso aos dados sob sua responsabilidade e a possibilidade de exportação em formatos estruturados e interoperáveis, observadas as regras de segurança e proteção de dados.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.12. REQUISITOS DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.12.1. A remuneração dos serviços deverá ocorrer mediante valor unitário mensal por aluno cadastrado ativo, observados os quantitativos efetivamente apurados e validados pela Administração.

5.12.2. Cada estudante deverá ser contabilizado uma única vez por competência mensal, independentemente da quantidade de módulos utilizados.

5.12.3. A contratada deverá apresentar relatório mensal contendo os quantitativos de alunos considerados para faturamento, permitindo a conferência pela fiscalização contratual.

5.12.4. Os critérios de inclusão, exclusão e apuração dos estudantes ativos deverão ser definidos objetivamente no Termo de Referência.

5.12.5. O valor unitário contratado deverá contemplar os serviços e funcionalidades integrantes do objeto, não sendo admitidas cobranças adicionais não previstas contratualmente.

5.12.6. O pagamento deverá observar a efetiva prestação dos serviços, a medição correspondente, o ateste da fiscalização e as demais condições contratuais.

5.12.7. O valor mensal contratado deverá contemplar todos os custos necessários à disponibilização e ao funcionamento da solução, incluindo o fornecimento e a disponibilização dos 13 (treze) tablets, instalação, configuração, integração, manutenção, suporte técnico e eventual substituição dos equipamentos, não sendo admitida cobrança adicional por esses serviços, salvo quando expressamente prevista na composição contratual.

5.13. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.13.1. A empresa deverá demonstrar aptidão para a prestação de serviços compatíveis com as características e a complexidade do objeto, mediante documentação de qualificação técnica prevista no edital.

5.13.2. As exigências de qualificação deverão guardar proporcionalidade com o objeto e observar os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.13.3. A empresa deverá exibir demonstração prática das funcionalidades da plataforma, mediante prova de conceito, desde que sua necessidade esteja justificada e os critérios de avaliação sejam objetivos, previamente definidos e compatíveis com a legislação aplicável. A demonstração do reconhecimento facial deverá ocorrer em ambiente de teste, sem utilização de imagens ou dados biométricos reais de estudantes da rede municipal, antes da autorização para o tratamento desses dados.

5.13.4. A Prova de Conceito será acompanhada e avaliada por uma Comissão Técnica composta por servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação de Elói Mendes/MG, que ficará responsável pela análise das funcionalidades apresentadas, verificação da conformidade da solução e emissão de parecer técnico quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos.

5.13.5. Durante a avaliação, a Comissão Técnica deverá verificar, mediante critérios objetivos previamente estabelecidos no edital, o funcionamento dos módulos e funcionalidades obrigatórias, especialmente aqueles relacionados à gestão administrativa e pedagógica, matrícula, diário de classe eletrônico, controle de frequência, transporte escolar, registro de entrada e saída dos estudantes, comunicação com pais e responsáveis e emissão de relatórios gerenciais.

5.13.6. A demonstração prática deverá ocorrer em data, horário e local previamente informados pela Administração, podendo ser realizada presencialmente ou por meio eletrônico, conforme as condições definidas no instrumento convocatório.

5.13.7. Ao término da avaliação, a Comissão Técnica elaborará relatório ou parecer conclusivo, registrando as funcionalidades verificadas, os resultados obtidos e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação da solução apresentada, com base nos critérios estabelecidos no edital.

5.13.8. Caso a solução apresentada não atenda aos requisitos obrigatórios estabelecidos no Termo de Referência, a proposta poderá ser desclassificada, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os procedimentos previstos no edital e na legislação aplicável.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

5.13.9. A avaliação técnica deverá observar os princípios da isonomia, transparência, competitividade e julgamento objetivo, não sendo admitida a utilização de critérios subjetivos ou exigências não previstas no instrumento convocatório.

5.14. REQUISITOS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

5.14.1. A execução dos serviços deverá ser acompanhada por gestores e fiscais designados pela Administração Municipal.

5.14.2. A contratada deverá fornecer informações e relatórios necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

5.14.3. Eventuais falhas deverão ser registradas e comunicadas à contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

5.14.4. A fiscalização deverá verificar o funcionamento das funcionalidades contratadas, a disponibilidade da solução, a qualidade do suporte e a conformidade dos quantitativos utilizados para faturamento.

6. Entrega do objeto

6.1. A entrega do objeto deverá ocorrer mediante disponibilização, implantação, configuração e efetiva operacionalização da Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Elói Mendes/MG e das unidades escolares vinculadas à Rede Municipal de Ensino.

6.2. A empresa contratada deverá disponibilizar a solução tecnológica em ambiente web, devidamente configurada e parametrizada, contemplando todas as funcionalidades previstas no Termo de Referência, de modo a assegurar sua utilização pelos profissionais autorizados da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

6.3. A execução do objeto deverá ser iniciada após a emissão da respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, observados os prazos de implantação e demais condições estabelecidas no contrato.

6.4. A implantação deverá compreender, no mínimo, as seguintes atividades:

a) Disponibilização do ambiente tecnológico necessário ao funcionamento da plataforma;

b) Configuração e parametrização da solução de acordo com a estrutura organizacional e as necessidades da Rede Municipal de Ensino;

c) Cadastramento das unidades escolares, usuários, perfis de acesso e demais informações necessárias à utilização do sistema;

d) Importação ou migração de dados existentes, quando necessária e tecnicamente viável, mediante procedimentos de validação e segurança;

e) Disponibilização e configuração dos módulos de gestão administrativa, pedagógica, matrícula, frequência, transporte escolar, controle de entrada e saída dos estudantes e comunicação com pais e responsáveis;

f) Configuração dos mecanismos de integração entre as funcionalidades contratadas;

h) Fornecimento, transporte, instalação física, configuração e integração dos 13 (treze) tablets destinados à identificação dos estudantes por reconhecimento facial, nos pontos de acesso definidos pela Secretaria Municipal de Educação, incluindo os testes de conectividade Wi-Fi e funcionamento dos equipamentos;

i) Realização de testes de funcionamento, segurança e integração;

j) Capacitação e treinamento dos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Educação de forma presencial;

k) Correção de eventuais falhas identificadas durante a implantação;

l) Disponibilização da plataforma em condições adequadas de utilização.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

6.5. A solução deverá permitir o acesso simultâneo dos usuários autorizados, respeitados os respectivos perfis de permissão, garantindo a integração das informações e a continuidade dos procedimentos administrativos e pedagógicos.

6.6. As funcionalidades de controle eletrônico de entrada e saída dos estudantes deverão ser disponibilizadas conforme as especificações contratuais, incluindo a integração com os mecanismos de comunicação destinados ao envio de notificações aos pais ou responsáveis legais.

6.7. A ativação e utilização da funcionalidade de reconhecimento facial deverão estar condicionadas à avaliação e autorização formal da Administração Municipal quanto à necessidade, proporcionalidade, segurança e conformidade do tratamento de dados biométricos com a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as disposições relativas à proteção de dados de crianças e adolescentes. Até que haja autorização formal, deverá ser assegurado o funcionamento de mecanismo alternativo de identificação e registro de entrada e saída dos estudantes, sem prejuízo da utilização das demais funcionalidades da plataforma.

6.8. A contratada deverá realizar os testes necessários à verificação do funcionamento das funcionalidades disponibilizadas, assegurando que a solução atenda aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

6.9. A entrega e a implantação da plataforma deverão ocorrer de forma planejada, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, buscando evitar interrupções nas atividades escolares e administrativas.

6.10. A Administração Municipal, por meio dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização contratual, realizará a verificação da conformidade da solução disponibilizada com as especificações previstas no instrumento convocatório e no contrato.

6.11. O recebimento inicial da solução poderá ocorrer de forma provisória, para fins de verificação de conformidade, sendo o recebimento definitivo realizado após a conclusão dos

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

testes, validação das funcionalidades e comprovação do atendimento às exigências contratuais, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.12. Caso sejam identificadas falhas, inconsistências ou funcionalidades em desacordo com as especificações contratadas, a empresa deverá providenciar as correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração, dentro dos prazos estabelecidos pela fiscalização contratual, observadas as condições do contrato.

6.13. A disponibilização inicial da plataforma não encerra as obrigações da contratada, considerando que o objeto compreende prestação de serviços de natureza continuada, incluindo hospedagem, manutenção, suporte técnico, atualizações e garantia de funcionamento durante toda a vigência contratual.

6.14. A contratada deverá manter a solução em condições adequadas de funcionamento, assegurando a disponibilidade das funcionalidades contratadas, a segurança das informações e o atendimento às demandas técnicas apresentadas pela Administração.

6.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada mensalmente pela fiscalização contratual, mediante verificação da efetiva disponibilização da plataforma, cumprimento das obrigações contratuais e conferência do quantitativo de alunos cadastrados ativos utilizado para fins de faturamento.

6.16. O pagamento mensal deverá observar o valor unitário contratado por aluno cadastrado ativo, multiplicado pelo quantitativo devidamente apurado e validado pela Administração, respeitadas as condições de medição, recebimento e pagamento estabelecidas no contrato.

6.17. Todos os custos necessários à disponibilização, implantação, configuração, treinamento, hospedagem, manutenção e substituição dos 13 tablets, suporte técnico e atualização da solução deverão estar contemplados no preço contratado, não sendo admitidas cobranças adicionais por serviços integrantes do objeto.

6.18. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar à Administração Municipal os dados e registros sob sua responsabilidade, em formatos estruturados e interoperáveis, permitindo sua preservação, consulta e eventual migração para

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

outra solução tecnológica, observadas as exigências de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

6.19. A entrega do objeto será considerada satisfatória quando a plataforma estiver devidamente implantada, configurada, testada e disponibilizada para utilização, atendendo às funcionalidades e condições técnicas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo das obrigações continuadas durante a vigência contratual.

6.20. A contratada será responsável pela qualidade, regularidade e continuidade dos serviços prestados, devendo adotar todas as providências necessárias ao adequado cumprimento do objeto contratado, conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. Maxwell Ximenes Lourenço, matrícula 6280. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Sra. Marisa Eunice Pereira Bíscaro, matrícula 6281.

7.1.2. Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal e obedecerão às seguintes rotinas:

7.2. Fiscal do contrato:

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo fiscal de contrato MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO, Matrícula 6281, representantes da Administração Pública municipal especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 70 da Lei Federal n.º 14.133/21 e em Portaria Municipal que regula a matéria, ou pelos respectivos

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2.2. As atividades de fiscalização serão formalizadas em documento assinado pelo fiscal, com a indicação de data, local e hora de verificação dos fatos, consignando, inclusive, o nome dos envolvidos e as correções operacionais determinadas, se for o caso.

7.2.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.2.4. Na hipótese de contratação de empresa ou profissional terceirizado para a prestação de assistência ao fiscal do contrato serão aplicadas as regras do art. 117, §40, 1 e II, da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.3. Gestor do contrato:

7.3.1. A gestão do contrato será realizada pelo gestor MAXWELL XIMENES LOURENÇO, Matrícula 6280.

7.3.2. São atribuições do gestor do contrato:

7.3.2.1. verificar a regularidade dos documentos apresentados pelo contratado;

7.3.2.2. acompanhar a execução do contrato diretamente e/ou através dos relatórios apresentados pelo fiscal;

7.3.2.3. analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, eventuais alterações contratuais ou qualquer situação que modifique as condições de execução do contrato;

7.3.2.4. receber definitivamente o objeto contratado;

7.3.2.5. suspender, cautelarmente, a entrega de bens e prestação de serviços;

7.3.2.6. determinar a publicação dos dados contratuais no sítio eletrônico do órgão e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.3.3. O gestor poderá requisitar informações ao fiscal do contrato sempre que necessário, garantindo subsídio suficiente para a motivação de sua decisão.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

7.3.4. O gestor e fiscal do contrato serão, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, nomeados pela autoridade máxima da entidade, nos termos do art. 70 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.3.5. Aplica-se ao gestor e fiscal dos contratos o disposto no §10, do art. 80 da Portaria nº 3.831/2023.

7.3.6. Caberá ao órgão de assessoramento jurídico a verificação da legalidade da presente Portaria na hipótese de alteração superveniente da Lei Federal n.°14.133/21, mudança jurisprudencial ou nova orientação dos tribunais de contas sobre a matéria.

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva disponibilização e funcionamento da Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, bem como o quantitativo de alunos cadastrados ativos, devidamente apurado e validado pela Secretaria Municipal de Educação de Elói Mendes/MG.

8.2. A remuneração da empresa contratada ocorrerá mediante aplicação do valor unitário mensal contratado por aluno cadastrado ativo, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e no presente Termo de Referência.

8.3. Para fins de medição e faturamento, será considerado aluno cadastrado ativo aquele que possuir matrícula vigente e regular em unidade escolar abrangida pela contratação, conforme os registros oficiais da Rede Municipal de Ensino, observados os critérios de apuração estabelecidos pela Administração.

8.3.1. Para fins de apuração do quantitativo mensal, deverá ser estabelecida uma data de referência fixa para a extração dos dados de matrícula ativa, a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação, utilizando-se como base os registros oficiais da Rede Municipal de Ensino.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

8.3.2. Os estudantes transferidos entre unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão ser contabilizados uma única vez, independentemente da quantidade de movimentações realizadas durante a competência mensal.

8.3.3. A inclusão de novos estudantes, o encerramento de matrículas e as transferências deverão ser registrados na plataforma, observando-se o critério de apuração mensal definido pela Administração, vedada a cobrança em duplicidade.

8.3.4. O relatório mensal apresentado pela contratada deverá permitir a conferência individualizada dos quantitativos por unidade escolar e do total geral considerado para faturamento, respeitadas as regras de acesso e proteção dos dados pessoais.

8.4. Cada aluno deverá ser contabilizado uma única vez por competência mensal, independentemente da quantidade de módulos, funcionalidades, registros ou acessos realizados na plataforma, sendo vedada a cobrança em duplicidade.

8.5. A medição deverá considerar exclusivamente os estudantes efetivamente vinculados às unidades escolares atendidas pela contratação, não sendo admitido faturamento relativo a cadastros duplicados, matrículas encerradas ou estudantes sem vínculo ativo na competência de referência.

8.6. A contratada deverá apresentar mensalmente relatório detalhado contendo, no mínimo:

a) Competência mensal de referência;

b) Identificação das unidades escolares atendidas;

c) Quantitativo de alunos cadastrados ativos por unidade escolar;

d) Quantitativo total de alunos considerados para faturamento;

e) Valor unitário mensal contratado por aluno;

f) Valor total correspondente à competência;

g) Informações relativas à disponibilidade e ao funcionamento da plataforma;

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

h) Registro das ocorrências relevantes, interrupções e chamados técnicos, quando existentes.

8.7. O relatório mensal deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para conferência e validação pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

8.8. A fiscalização contratual deverá verificar a compatibilidade entre os quantitativos apresentados pela contratada e os registros oficiais de matrícula da Rede Municipal de Ensino, podendo solicitar esclarecimentos, correções ou documentos complementares.

8.9. Eventuais divergências identificadas na apuração do quantitativo de alunos deverão ser corrigidas antes da aprovação da medição e da autorização do faturamento correspondente.

8.10. O valor mensal devido será calculado conforme a seguinte fórmula:

Valor mensal = Quantidade de alunos cadastrados ativos na competência × Valor unitário mensal contratado por aluno.

8.11. A inclusão, transferência, desligamento ou alteração da situação de matrícula dos estudantes deverá ser refletida nos registros da plataforma, observados os critérios de apuração mensal definidos no contrato, evitando cobranças indevidas.

8.12. O faturamento deverá ocorrer somente após a disponibilização da plataforma e o início da efetiva prestação dos serviços, observadas as condições de recebimento e aceite estabelecidas no contrato.

8.13. Durante a fase de implantação, não será devido pagamento por serviços ou funcionalidades ainda não disponibilizados, salvo se houver previsão contratual expressa de etapas remuneráveis, devidamente justificadas, executadas e aceitas pela Administração.

8.14. A contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a disponibilização dos serviços de hospedagem, suporte técnico, manutenção, atualizações e demais funcionalidades integrantes do objeto, sem cobrança adicional além do valor unitário contratado.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

8.15. O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva prestação dos serviços, à apresentação da documentação fiscal pertinente e ao recebimento e ateste pelos responsáveis designados pela Administração Municipal.

8.16. Após a validação da medição, a contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, contendo a identificação do contrato, a competência de referência, o quantitativo de alunos considerados, o valor unitário e o valor total faturado.

8.17. O pagamento será realizado mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada, no prazo estabelecido no contrato, contado a partir da regular liquidação da despesa, observadas as normas financeiras e orçamentárias aplicáveis.

8.18. A Administração poderá solicitar documentos e informações necessários à verificação da regularidade da execução contratual e do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.19. Na hipótese de falhas, indisponibilidade injustificada, descumprimento de níveis de serviço ou execução parcial das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas as glosas previstas contratualmente, proporcionais à parcela do serviço não executada ou executada em desconformidade, sem prejuízo das demais medidas administrativas e sanções legalmente cabíveis.

8.20. As glosas deverão observar critérios objetivos previamente estabelecidos, assegurando-se a adequada fundamentação e o registro das ocorrências pela fiscalização contratual.

8.21. Não serão admitidas cobranças adicionais relativas à implantação, parametrização, treinamento, hospedagem, suporte técnico, manutenção, atualizações, utilização dos módulos ou demais serviços expressamente incluídos no objeto contratado.

8.22. Os valores faturados deverão observar os preços registrados e contratados, bem como os quantitativos efetivamente apurados em cada competência, respeitados os limites e condições estabelecidos no instrumento contratual.

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

8.23. A fiscalização contratual deverá manter registros das medições realizadas, dos relatórios apresentados, das ocorrências identificadas e dos respectivos pagamentos, assegurando rastreabilidade e transparência na execução contratual.

8.24. A medição e o pagamento dos serviços deverão observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e controle da despesa pública, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

8.25. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, através da Tesouraria do Município de Elói Mendes/MG, por crédito em conta bancária, no 15º (décimo quinto) dia útil após a apresentação dos documentos fiscais devidos do efetivo fornecimento requisitado na Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras do Município, devendo constar no corpo da Nota Fiscal os números das Autorizações de Fornecimento.

8.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10. Estimativas do valor da contratação

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada considerando a necessidade de disponibilização de uma Plataforma Integrada de Gestão Escolar Municipal, destinada ao atendimento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Elói Mendes/MG, contemplando os serviços de implantação, configuração, parametrização,

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

hospedagem, treinamento, suporte técnico, manutenção, atualização e demais funcionalidades previstas no Termo de Referência.

Com base no levantamento de preços realizado, apurou-se o **custo médio estimado de R$ 267.840,00 (duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais)**, para um período de **12 (doze) meses**, considerando o atendimento estimado de **2.700 (dois mil e setecentos) alunos ativos mensalmente** na plataforma.

A estimativa financeira apresenta a seguinte composição:

Descrição	**Valor**
Quantidade estimada de alunos ativos por mês	2.700
Período da contratação	12 meses
Quantitativo total estimado	32.400 alunos/mês
Valor unitário estimado por aluno	R$ 8,26
Valor médio mensal estimado	R$ 22.320,00
Valor global estimado para 12 meses	**R$ 267.840,00**

11. Adequação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município nas seguintes dotações: 218/ 248/260 Fonte: 1.500.94

ELÓI MENDES, 16 DE NOVEMBRO DE 2026.

VIVIANE DA SILVA ARAÚJO ROCHA
DIRETORA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Assinado por 3 pessoas: MAXWEL XIMENES LOURENÇO, MARISA EUNICE PEREIRA BÍSCARO e VIVIANE DA SILVA ARAUJO ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://eloimendes.1doc.com.br/verificacao/56BE-F927-74C3-2262 e informe o código 56BE-F927-74C3-2262

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Elói Mendes – MG.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos ou entidades públicas participantes do presente registro de preço.

[ou]

Além do gerenciados são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. Os materiais/serviços, objeto da licitação, serão entregues/executados após o recebimento da requisição de Fornecimento, na Rua XXXXXX, nº , Centro, em Elói Mendes, de 2ª a 6ª feira, no horário de 07h às 11h e 13h às 17h ou em local indicado pelo solicitante.

4.2. A Prefeitura Municipal de Elói Mendes - MG reserva-se o direito de não receber os produtos/serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato, nos termos da legislação vigente.

4.3. A contratada é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produtos/serviços que se verificarem irregulares.

4.4. O objeto licitado deverá ser entregue/executados em até **XX DIAS** úteis após recebimento da autorização de fornecimento - AF.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, através da Tesouraria, por crédito em conta bancária, mensalmente, no 15º. (décimo quinto) dia útil após a apresentação dos documentos fiscais devidos do efetivo fornecimento requisitado na ordem de Fornecimento expedida pelo Encarregado de Compras do Município, **devendo constar no corpo da Nota Fiscal os números das Autorizações De Fornecimento.**

5.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Município de Elói Mendes – Prefeitura, CNPJ nº 20.347.225/0001-26, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

5.3. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Elói Mendes, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (OBRIGATÓRIO)

6.1. Não será admitida adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

6.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

6.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

6.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

6.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

Dos limites para as adesões

6.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 6.7.

6.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Município de Elói Mendes por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

7.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.5. O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

7.1.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta ata.

7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 7.7, observando o item 7.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

7.6.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.7.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Fica eleito o foro da comarca de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente documento em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que também o assinam.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELOI MENDES, 17 de Novembro de 2026

Natal Donizetti Cadorini	XXXXXXX
Prefeito Municipal	Contratada
Contratante	

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº XXX/202X	PREGÃO ELETRÔNICOnº 67/2026	Processo nº 192/2026
Fornecedor:		CPNJ:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG.		
Valor: R$		
Início vigência:	Final vigência:	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X

O **MUNICIPIO DE ELOI MENDES-MG**, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE** e representado por seu Prefeito Municipal NATAL DONIZETTI CADORINI, brasileiro, solteiro, CPF nº 001.XXX.XXX-62, residente e domiciliado na cidade de Varginha - MG e a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, estabelecida na cidade de XXXXXXXX, na XXXXXXXX, bairro XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, e representada pelo Sr(a). XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 192/2026 decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 67/2026, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 3.303, de 02 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal nº 3.310, de 24 de janeiro de 2024, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA obriga-se REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ELÓI MENDES/MG., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que é parte integrante deste, conforme relação detalhada abaixo:

1.2 – Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

1.2.1 – O Termo de Referência;

1.2.2 – A proposta do contratado;

1.2.3 – Eventuais documentos anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O prazo de vigência da contratação é até XXXXXXXX, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

2.1.1 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.2 – Havendo necessidade de prorrogação contratual esta será promovida mediante termo aditivo, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.3 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.92, IV, VII e XVIII

3 – O regime de execução contratual , os modelos de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 – O valor total da contratação é de R$ XXXXXXXX.

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 – O valor acima é estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 92, V e VI)

6.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no termo de referência que é parte integrante deste contrato.

6.2 - O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, através da Tesouraria, por crédito em conta bancária, mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia útil após a apresentação dos documentos fiscais devidos do efetivo fornecimento requisitado na ordem de Fornecimento expedida pelo Encarregado de Compras do Município, **devendo constar no corpo da Nota Fiscal os números das Autorizações De Fornecimento.**

6.3 - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Município de Eloi Mendes – Prefeitura, CNPJ nº 20.347.225/0001-26, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

6.4 - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Eloi Mendes, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

6.5 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (ART. 92, VIII)

8.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes do exercício da Secretaria Municipal, conforme tabela:

Reduzido	Dotação	Descrição da Dotação

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1- O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do contratado com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Municipal nº 3.831, de 29 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 3.303, de 02 de janeiro de 2024, devendo a análise ser promovida pelo gestor do contrato na froma e prazo previsto pela legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (ART. 124)

10.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos e condições previstas nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.303, de 02 de janeiro de 2024.

10.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da unidade de assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO LOCAL DE ENTREGA

11.1 - Os materiais e/ou serviços, objeto da licitação, serão entregues após o recebimento da Autorização de Fornecimento, na XXXXX.

11.2 - A Prefeitura Municipal de Eloi Mendes - MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto no termo de referência, podendo cancelar o contrato na forma da legislação vigente.

11.3 - A contratada é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produtos que se verificarem irregulares.

11.4 - O objeto licitado deverá ser entregue em até 20 DIAS após recebimento da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI e XIV)

12.1 – São obrigações do Contratante:

12.1.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

12.1.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.7 – Cientificar, sempre que necessário, o órgão de assessoramento jurídico do Município e a Secretaria Municipal de Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para boa execução do ajuste;

12.1.9 – A administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.1.10 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelos contratados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

12.1.11 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumpirmento de cláusulas contratuais;

12.1.12 – Notificar previamente o contratado, por intermédio do Encarregado de Contratações e Serviços Adminitrativos, em caso de identificação de irregularidade na execução das cláusulas contratuais;

12.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI e XVII)

13.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 – Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4 – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.11 – Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

13.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

13.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.21 – Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubres.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

14.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

15.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa**:

a. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias (art. 156, §3º da Lei 14.133, de 2021).

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 15.1 de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 15.1 de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

d. Para as demais infrações do subitem 15.1, a multa será aplicada no percentual de 0,5% a 30% do valor do Contrato, analisando cada caso.

15.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.6 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.11 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.13 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.14 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 – O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.1.1 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

16.1.2 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.2 – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2.2– Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.2.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.2.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3 – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c. Indenizações e multas.

16.4 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.5 – O contrato também poderá ser extinto:

16.5.1 – caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.5.2 – caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no Município de Elói Mendes (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

17.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1 – Inobstante as disposições de gestão e fiscalização constantes do termo de referência que é parte integrante deste contrato, a fiscalização será exercida pelos servidores designados em ato administrativo específico que será parte integrante da contratação, na forma da Portaria 3831/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724, de 2012 c/c Decreto Municipal nº 3.303, de 2024.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da comarca de Eloi Mendes, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente documento em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que também o assinam.

Eloi Mendes-MG, XXXXXXXX.

_____
NATAL DONIZETTI CADORINI
Prefeito Municipal
Contratante

_____
XXXXXXXX
Contratado

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: CPF:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026
ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

TIMBRE DA EMPRESA

ITEM	UN	QTD	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Item arrematado nº 01	UN	XX	Marca x	R$XX,XX (valor por extenso)	R$XX,XX (valor por extenso)
Item arrematado nº 02	UN	XX	Marca y	R$XX,XX (valor por extenso)	R$XX,XX (valor por extenso)
VALOR GLOBAL:	R$ XX,XX (valor por extenso)				

DADOS DA EMPRESA		
Razão social:		
CNPJ:		
Telefone:	E-mail:	
Endereço:		Bairro:
Cidade:	CEP:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
Nome:	Cargo	
CPF:	RG:	
Telefone:	E-mail:	
DADOS BANCÁRIOS		
Banco:		
Agência:	C/C:	

A proposta apresentada é vinculatória, estando de acordo com todas as condições de entrega, fornecimento, qualidades, marcas e preços; ao assinar tal proposta, concordo com todos os termos.

Cidade, XX do mês de XXXXXX de 2026.

_____
REPRESENTANTE LEGAL